

# ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins  
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.  
Tiragem: 500 exemplares  
Depósito Legal: 433460/17  
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial

  
ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

  
MUSEU  
ARQUEOLÓGICO  
DO CARMO

  
LISBOA  
UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

  
LETRAS  
LISBOA

  
FACULDADE DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

  
FUNDAÇÃO  
MILLENNIUM  
BCP

# RUA DO ARSENAL 148, LISBOA. RESULTADOS DA ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA

António Valongo<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho incide sobre os achados arqueológicos identificados em edifício Pós-pombalino localizado entre o Largo do Corpo Santo e a Praça do Comércio, na frente ribeirinha do centro histórico de Lisboa. Atestadas pela bibliografia, as Casas Nobres estavam enquadradas entre a Rua da Corte Real e a Calçada do Corpo Santo, datáveis do século XVI. A Calçada do Corpo Santo foi identificada no sector Oeste, onde também foi reconhecido paredão de embate das marés e embasamento da Ermida de Nossa Senhora da Graça associada à Irmandade dos Mareantes no século XV. Um dos achados de maior destaque, a Muralha Fernandina, construída em 1373/75, identificou-se troço bem preservado com imbricamento com Torre João Bretão de configuração impar.

Palavras-chave: Muralha Fernandina, Torre, Casas do Infantado.

## ABSTRACT

The present work focuses on the archaeological findings identified in a post-Pombaline building located between Largo do Corpo Santo and Praça do Comércio, on the riverside front of the historical center of Lisbon. Attested by the bibliography, the *Noble Houses* were framed between *Rua da Corte Real* and *Calçada do Corpo Santo*, dating back to the 16<sup>th</sup> century. The *Calçada do Corpo Santo* was identified in the West sector, where it was also recognized a wall of clash of the tides and foundation of the *Ermida de Nossa Senhora da Graça* associated with the *Irmandade dos Mareantes* in the 15<sup>th</sup> century. One of the most outstanding finds, the Fernandina Wall, built in 1373/75, was identified a well preserved section with overlapping with João Bretão Tower of an odd configuration.

Keywords: D. Fernando Walls, Tower, Houses of the Infant.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se à preparação, implantação e execução de um projecto de arquitectura que visou a recuperação de três edifícios que ocupam sensivelmente 685 m<sup>2</sup> e se encontravam em relativo mau estado de preservação, não habitados, com algumas das fracções a revelarem preocupantes condições de segurança essencialmente pela carga térmica que possuíam, potenciando forte progressão a incêndios e com questões de derrocada interior em eminência. A intenção da reformulação destes edifícios permitiu a criação de uma unidade hoteleira de excelência localizada em tão nobre área. Este sítio sofreu três campanhas de diagnóstico, duas delas da responsabilidade do signatário, a primeira no início

de 2012 e a terceira no primeiro quartel de 2015. A segunda intervenção de diagnóstico foi de autoria do Dr. António Vicente, no ano de 2012. A intervenção arqueológica para a implantação do projecto foi da responsabilidade do autor deste trabalho, iniciada em Abril de 2015 e terminada em Outubro de 2016. Os trabalhos foram custeados pela empresa *Greatcreation SA* e promovidos pela *Veiga de Mago, Gestão e Investimento*. O edifício localiza-se entre os números de polícia 134 e 148 da Rua do Arsenal, 1 e 45 da Travessa do Cotovelo e os números 25 e 28 do Largo do Corpo Santo em Lisboa. Pertencente à freguesia da Misericórdia, inicia no Largo do Corpo Santo a Oeste, terminando no Terreiro do Paço a Este, dando serventia à Praça do Município (Figura 1). Fachada voltada a sul na zona ribeirinha e parede

1. Arqueólogo; antonio.valongo@gmail.com

tardoz voltada para Travessa do Cotovelo a Norte. A clara implantação destes edifícios no Centro Histórico da cidade de Lisboa enquadra-se nas áreas de servidão administrativa do Monumento Nacional designado “Castelo de São Jorge e Restos das Cercas de Lisboa”, classificado como Monumento Nacional conforme Decreto de 16/06/1910, D.G. nº 136 de 23/06/1910 e “Lisboa Pombalina” C.I.P., pela Portaria nº 740-DV/2012, DR, 2ª série, nº 248 de 24 de Dezembro de 2012.

Esta intervenção foi regida por objectivos muito concretos, fundamentalmente a actuação preventiva de minimização de impactos devido ao empreendimento neste meio urbano; a avaliação de potências estratigráficas resultantes da intervenção; salvaguarda de espólio, estruturas e estratigrafia aí identificadas, bem como a apresentação das realidades registadas. Atendendo à proximidade do rio e aos valores de cotas absolutas baixos, teríamos que ter sempre a preocupação com a presença de água, inevitável nesta localização até determinada altimetria. Assim, procurou-se executar a escavação em duas fases distintas. A primeira fase até sensivelmente 2 metros de profundidade relativamente à superfície, respeitava a separação natural efectuada pelas sapatas do edificado nos estratos de aterro e alteamento pós pombalinos e construtivos do edificado, onde nos foi possível utilizar alguns meios mecânicos com intuito de agilizar os trabalhos mantendo sempre os contextos secos.

A segunda fase de execução foi enquadrada pela numeração atribuída da identificação dos diversos compartimentos reconhecidos das Casas Nobres. Nesta fase trabalhamos na sua grande maioria em contextos molhados para os quais foi sempre preponderante a execução de pequenas bolsas de bombagem que pela gravidade nos eram mais fáceis de reconhecer e menos difícil de escavar.

## 2. CASAS NOBRES

As referências bibliográficas apontam a implantação inicial da primeira casa da família dos Corte-Real através de uma concessão de praia a Vasco Eanes Corte Real em 1501 e indicam que D. Manuel mandou executar um grande aterro em 1502 para serventia da cidade, nesta área encostada à Muralha Fernandina e Torre de João Bretão, “*Perto da porta de Cata-que-farás, e junto da Torre de João Bretão, que estava sobre a dita porta, doou D. Manuel a Va-*

*esco Eanes Côte-real, oito braças de craveira de largo na praia, ao longo do muro da cidade em que bate o mar...*” (Vieira da Silva, 1987). As Casas Nobres tornar-se-iam uma certeza pela evidência arqueológica quando em 2012 se executaram as primeiras sondagens de diagnóstico com intuito de averiguar a potência arqueológica do sítio e identificar estruturas que pudessem condicionar/inviabilizar a execução de projecto de arquitectura. Os trabalhos executados nas diversas fases de diagnóstico apontavam claramente a presença dum edifício nobre constituído por elementos murários e pavimentos de tijoleira e lajeados.

A organização ortogonal que as estruturas apresentavam entre si, permitiu a interpretação de alguns compartimentos do conjunto das Casas Nobres. Estas realidades correspondem a muros de compartimentação das referidas Casas Nobres de época Moderna e que em determinados compartimentos ainda apresentam o pavimento lajeado como representado na Planta Geral (Figura 2).

O **compartimento 1**, identificado no canto Nordeste do edificado foi, na sua grande maioria, escavado em 2012 em diagnóstico, na Sondagem 1. Sofreu alargamento para melhor percepção das realidades que se apresentavam. O aumento desta área de escavação, permitiu a identificação e registo de duas estruturas murárias de pedras e tijoleiras com ligante em argamassa, bem como de pavimento constituído por tijoleiras, que conseguimos identificar preservado sensivelmente 3m<sup>2</sup>. Foi atestado desgaste intencional na estrutura identificada a Norte que correspondia a parede tardoz do edifício das Casas Nobres e que se compreende pela colocação embutida das tijoleiras nesse elemento estruturante do edifício. Deste compartimento não foi possível identificar o seu limite a Este e Sul uma vez que foi seccionado pela implantação das sapatas do edifício pós-pombalino. Esta realidade poder-se-á compreender como parte do edifício referenciado como “*Casas Nobres do Infantado*” (Vieira da Silva 1987) que vem aproveitar como estruturante a robustez de estrutura pré-existente. Pela sua exiguidade não nos foi possível atribuir funcionalidade a este compartimento (Figura 2).

Os **compartimentos 2 e 3** foram identificados também no lado Este da intervenção e deveriam corresponder a uma só divisão da orgânica original do edifício do século XVI. Estas áreas de pequenas dimensões são o resultado de ordenamento interior

e que evidenciaram o que restava de um pavimento em calçada em mau estado de preservação que interpretamos como remodelação ainda no século XVII. O compartimento 2 revelou preservado sensivelmente 6 m<sup>2</sup> e o compartimento 3 sensivelmente 4 m<sup>2</sup>. Apresentam perfeita ortogonalidade com todas as estruturas do edifício respeitando sempre a orientação estruturante do elemento pré-existente. A sua exiguidade e o impacto que evidenciou pela colocação de estruturas associadas ao edificado pós-pombalino inviabilizam uma melhor percepção acerca das suas funcionalidades (Figura 2).

O **compartimento 4** revelou-se uma divisão com maiores dimensões que as anteriores, tinha sensivelmente 43 m<sup>2</sup> bem delimitado a Norte pelo elemento defensivo e consistentes muros que ainda apresentavam algum estuque de revestimento, não apresentou preservado nenhuma porta e/ou ligação para os compartimentos adjacentes, mas apresentava claras evidências da presença de fogo no seu revestimento. Do seu pavimento apenas identificamos o negativo de assentamento, provavelmente de lajes sobre argamassa amarelada por cima dos níveis de aterro. Este compartimento sofreu impacto bastante considerável pela colocação de poço pós-pombalino e estrutura de arrumos construída em cimento e tijolos (Figura 2).

Do **compartimento 5** apenas resgatamos sensivelmente 1 m<sup>2</sup> uma vez que se localiza muito próximo da sapata Sul do edificado de 1775. Teria ligação com o compartimento 4 a Norte, o compartimento 7 a Oeste e a Rua da Corte Real a Sul. Deste compartimento apenas podemos referir que apresentava revestimento de argamassa estucada nas faces das suas paredes a Norte e Oeste. Não evidenciou a presença de pavimento, a sua exiguidade preservada compreende-se pelo forte impacto destrutivo causado aquando da construção das sapatas do edificado (Figura 2).

Os **compartimentos 6 e 8**, individualizados em escavação, são o resultado da compartimentação em fase tardia da ocupação do edifício (Figura 2). O compartimento 6 apresenta-se com sensivelmente 22 m<sup>2</sup>. Parte desta área foi inicialmente intervencionada na última fase de diagnóstico com intuito de reconhecer os níveis freáticos do sítio. A identificação de algumas estruturas veio condicionar a continuação da escavação, pelo que os objectivos desse diagnóstico ficaram aquém do pretendido. Neste compartimento identificamos o reaproveitamento

de pré-existência como parede tardoz. Foi-nos possível identificar uma parede no sentido Norte/Sul, contígua ao compartimento 4 e ainda duas estruturas em muito mau estado de preservação que correspondem a divisão com o compartimento 8. Nas paredes Norte e Este atestamos a presença de pequeno lambril aplicado em tijoleira e revestimento em argamassa com claras evidências da presença de fogo. Na parede Sul foi identificada a passagem para o compartimento 7. Corresponde a uma porta com soleira em laje, estrutura de ligação entre os dois compartimentos e ainda o que restava de um pavimento lajeado. De considerar ainda que neste compartimento Norte foi identificado parte de lajeado rampeado sobre a parede pré-existente, que terminava em pequeno degrau e que interpretamos como acesso às Casas Nobres vindo da antiga *Rua do Arco dos Colbertos* (Vieira da Silva 1987). Efectivamente, tratava-se dum elemento constituído por três lajes de grande calibre ordeiramente colocadas e com uma ligeira pendente para o interior terminando em degrau no que restava do lajeado. Neste compartimento foi-nos possível identificar com clara segurança a presença da estrutura defensiva, elemento estruturante, reaproveitada como parede tardoz do edifício, sofrendo impacto aquando da sua reformulação, nomeadamente desmantelamentos para a abertura do acesso e ainda o desgaste identificado num dos seus silhares para reproduzir o biselamento como elemento decorativo característico da arquitectura Manuelina. De acrescentar que na parede a Sul, onde se identificou a porta, também reconhecemos parte duma coluna. Esta era formada por uma base com fuste. A base em cantaria de pedra, assentava sobre argamassa esbranquiçada, constituída pela faixa de base com 14cm de altura onde apoia o imoscapo ou quarto de círculo com 11cm de altura. Sobre este, apoia segunda faixa com 13cm de altura com topo decorado com bisel ou chanfradura com 3cm de altura onde apoia o toro de 7cm de altura, por cima pequeno filete com 2cm de altura onde apoia a escócia circular de 8cm de altura e no seu topo pequeno astrálogo ou tondinho com 4cm de altura. O fuste apresenta 43cm de diâmetro e 100,5cm de altura, foi construído sobre lioz branco com laivos rosa e não apresenta decoração. Foi identificado *in situ* e em conexão com a respectiva base sem ligação com elemento superior mas pelas suas características supõem-se que fizesse conjunto com outro fuste similar até à ligação superior que não identificamos (Figura 3). Neste caso

em particular, o conjunto que recuperamos ainda *in situ* constituído pela base e fuste de coluna, inicialmente corresponderiam a elementos arquitectónicos dum grande compartimento das Casas Nobres do século XVI que estavam incorporados em parede de interior aquando de reformulação do espaço no século XVII.

O **compartimento 7** com sensivelmente 34 m<sup>2</sup> localiza-se a sul dos denominados compartimentos 6 e 8. Tem comunicação com o compartimento 6 pela já referida porta com laje de soleira e ainda apresentava o pavimento lajeado em relativas boas condições de preservação. Apresentava uma parede a Este limítrofe com o compartimento 5 e parede limítrofe a Oeste com o compartimento 10. Ambas apresentavam argamassa de revestimento nos seus alçados, com fortes evidências da presença de fogo que se compreendem pelo fatídico dia de 1 de Novembro de 1755. Na parede a Oeste identificou-se um pequeno balcão constituído por pequenas tijoleiras com biselamentos e argamassa de revestimento. Este balcão inviabiliza a comunicação entre esses compartimentos, foi construído sobre ligação inicial do século XVI e corresponde a intervenção de entaipamento e remodelação efectuada no século XVII. Para além da porta já referida só nos foi possível identificar a separação com os compartimentos a Norte pela sapata. Na escavação deste compartimento, foi-nos possível recuperar um elemento de base de coluna muito semelhante ao anteriormente descrito no compartimento 6, em pior estado de conservação, reutilizado como material de enchimento/construção na base da sapata pós-pombalina. Apresentava-se com faixa de 12cm de altura de topo decorado com bisel ou chanfradura com 2cm de altura onde apoia o toro de 8cm, por cima pequeno filete com 2cm onde apoia a escócia circular de 7cm de altura e no topo pequeno astrólogo ou tondinho de 3cm de altura onde assenta um pequeno filete de 3cm de altura onde assentaria fuste que não foi possível identificar. A proximidade com o elemento anteriormente descrito poder-nos-á apontar para contextualização de conjunto construtivo e decorativo existente no século XVI, reformulado no século XVII e/ou destruído pela elaboração das sapatas do edifício pós-pombalino. No compartimento 7 foi-nos possível recuperar parte considerável do seu pavimento lajeado correspondente à última reformulação e utilização antes da destruição destas estruturas pelo Terramoto de 1755 (Figura 2).

O **compartimento 8** com sensivelmente 36 m<sup>2</sup> estava em relativo mau estado de preservação, foi dos compartimentos que mais afectação sofreu com a implantação da estacaria pombalina e das grandes sapatas de pedras e argamassa como estruturas de base do edificado de 1775. Estava enquadrado entre o compartimento 11 a Oeste, o compartimento 7 a Sul, o compartimento 6 a Este e a Norte também apresentava como estruturante o reaproveitamento da pré-existência como parede tardoz do edifício. Foi-nos possível identificar o que restava de uma pequena estrutura divisória no sentido Norte/Sul caracterizada por pedras de pequeno e médio calibre com ligante em argamassa amarelada, correspondente a parede divisória com o compartimento 6. Esta estrutura estaria associada a acesso a Norte pela *Rua do Arco dos Cobertos* (Vieira da Silva 1987) apresentando um pequeno lambril em tijoleira no compartimento contíguo a Este. Da separação com o compartimento 7 apenas pudemos atestar a sua sapata no sentido Este/Oeste caracterizada por pedras de pequeno, médio e grande calibre com ligante em argamassas alaranjadas, correspondente à construção da primeira fase de ocupação do edifício. Esta estrutura revela alinhamento paralelo ao apresentado pela pré-existência estruturante a Norte. A Oeste conseguimos determinar o seu *terminus* pela presença e continuação da estrutura pré-existente de época Medieval. Nos contextos mais antigos e com a exumação do conjunto de lajes no seu canto sudoeste foi-nos possível recuperar o que restava duma barreira de madeira com o seu topo estruturado com tijolos, interpretada como latrina referente a ocupação inicial do espaço ainda no século XVI e inutilizada pela reformulação e colocação do pavimento lajeado. Deste, apenas nos foi possível recuperar dois pequenos conjuntos, correspondentes à remodelação efectuada no século XVII e referentes da última ocupação do edifício. A sua diferença de cota e alteração de orientação poderiam pressupor a existência de dois compartimentos, contudo, não nos foi possível atestar essa possibilidade pela inexistência de qualquer estrutura divisória e que apenas o poderemos sugerir como uma hipótese de trabalho (Figura 2).

A área do **compartimento 9** foi inicialmente intervenção como Sondagem 12 aquando do diagnóstico causado pelo interesse no conhecimento dos níveis freáticos do sítio. Localizado no canto Sudoeste do Sector Este apresenta sensivelmente 9 m<sup>2</sup>, foi assim considerado aquando a atribuição de

compartimentos para a segunda fase da escavação em área. Na altura, não nos foi possível interpretar este local como área de exterior, induzindo em erro alguma mesclação com os compartimentos das Casas Nobres.

Foi-nos possível identificar um conjunto constituído por muro com duas ombreiras biseladas em conexão com soleira de grandes lajes, pavimento lajeado no interior e uma calçada no exterior caracterizada por pequenas pedras roladas de basalto. Corresponde a parede de fachada com a porta de entrada para as Casas Nobres pelo seu acesso a Sul.

Na área de exterior também nos foi possível identificar estrutura constituída por pedras de pequeno, médio e grande calibre e ligante em argamassa. Encontrava-se em más condições de preservação atestadas pela implantação das sapatas e canalização de esgotos do edificado pós-pombalino, a sua interpretação aponta para base do arco da Rua da Corte Real e fazia ligação entre as Casas Nobres e o Palácio dos Corte-Real. Este conjunto identificado entre o ambiente de interior caracterizado pelo pavimento lajeado correspondente à última remodelação do edifício no século XVII e o contexto exterior da calçada de pedras roladas e o arranque do arco encontrava-se em perfeita harmonia. A calçada que a bibliografia aponta como sendo “... a Rua da Corte Real.” (Vieira da Silva 1987) era uma artéria entre a antiga Calçada do Corpo Santo, a Oeste, que fazia ligação com o Paço da Ribeira a Este (Figura 2). Foi construída em área exterior da urbe em parcela ganha ao rio para serventia da cidade com o aterro mandado efectuar por D. Manuel em 1502 (Vieira da Silva 1987). Esta artéria tem a sua orientação bem vincada paralelamente à estrutura defensiva pré-existente identificada, correspondendo à parede tardoz do edifício das Casas Nobres. Para além de toda a planta das Casas Nobres organizada em articulação com a estrutura defensiva, também a orientação desta rua apresenta e respeita a memória estruturante que as estruturas defensivas implantaram na organização urbanística até aos nossos dias como se reconhece no alinhamento da parede tardoz do edificado pós-pombalino.

O **compartimento 10** foi identificado no Sector Este junto ao canto Sudoeste e ocupa sensivelmente 56 m<sup>2</sup>. Os trabalhos de escavação arqueológica realizados nesta área foram muito profícuos e revelaram algumas estruturas deveras interessantes (Figura 2). Na área correspondente a este compartimento conseguimos identificar uma série de estruturas murá-

rias de divisão com os compartimentos contíguos. O compartimento 10 é ladeado a Este pelo compartimento 7, tem ligação a Norte com o compartimento 11 e apresenta comunicação com área de exterior na estrutura muraria mais a Sul. A Oeste não nos foi possível nenhuma identificação visto se tratar duma área correspondente ao edificado contíguo e que não estava sobre intervenção. Na estrutura divisória a Norte apontamos para a eventual presença de porta comunicante entre os dois compartimentos mas que infelizmente não podemos confirmar devido à destruição causada pela implantação de sapata pós-pombalina. Confirmou-se a reutilização de alinhamentos e materiais da estrutura defensiva que foi parcialmente desmantelada e/ou reaproveitada para a implantação deste complexo das Casas Nobres.

A Este foi-nos possível identificar a parede divisória com o compartimento 7. Também se apresentava revestida com película de argamassa estucada e com grandes evidências da presença de fogo. No canto Nordeste, foi identificado um pilar com biselamento que poderia induzir à presença de porta com o compartimento contíguo a Este. Na sua face voltada para o compartimento 7 foi identificado um pequeno balcão, anteriormente descrito, que apontava para o entaipamento de porta na ligação entre esses dois compartimentos. Assim, a junção desses dois elementos podem indicar a presença duma porta entre aos dois compartimentos numa fase inicial do edifício ainda no século XVI e que sofreu alterações e entaipamento aquando a sua reformulação no século XVII.

Do lado Oeste poucos elementos estruturantes podemos referir pela sua proximidade e implantação das sapatas do edificado pós-pombalino causadoras de fortes impactos sobre os elementos de época Moderna. Contudo, foi-nos possível identificar o arranque dum pilar com a decoração biselada. A sua presença poder-nos-á induzir como base de colocação de fuste de coluna, sendo aqui apresentada como hipótese e proposta de trabalho. Este encontrava-se paralelamente enquadrado com o pilar atrás referido na parede oposta, formando assim um elemento decorativo característico da arquitectura Manuelina. A estrutura identificada a Sul corresponde à parede de fachada do edifício. Identificaram-se pedras de grande calibre correspondentes à ombreira da porta, bem como lajes de grande calibre como soleira. Neste muro está implantada uma porta constituída por dual ombreiras de pedra com biselamentos bem evidentes a ladear a soleira de lajes. Esta foi outra das

entradas nas Casas Nobres que identificámos na escavação e corresponde ao acesso pela Rua da Corte Real (Vieira da Silva 1987).

O compartimento 10, que interpretamos como átrio, corresponde a entrada pela Rua da Corte Real nas denominadas Casas Nobres, apresentava grande parte do pavimento lajeado com evidências impactantes das sapatas pós-pombalinas (Figura 2). Nesta divisão identificou-se a boca dum poço em forma circular constituído por lajes de grande calibre. A escavação do poço revelou o aparelho construtivo interior e o espólio exumado remete-nos o entulhamento/abandono para o século XVII. O registo em corte desta área evidencia a sua sequência de construção, onde se destaca o pavimento lajeado e sua preparação que apontamos sendo a última pavimentação ainda do século XVII. O subsequente pavimento em tijoleira correspondente a ocupação anterior e camadas heterógenas de enchimento que apontamos cronologicamente para os contextos de construção ainda no século XVI. De acrescentar que se identificou o assentamento do poço constituído por pedras de pequeno e médio calibre alternadas com tijoleiras ordeiramente colocadas e ligante em argamassa de cal esbranquiçada; bem como o seu interior composto por pedras de pequeno, médio e grande calibre ordeiramente colocadas e tijoleiras. A ausência de ligante em argamassa permite a entrada de água doce vinda da colina que empurrava e se sobrepunha em relação à água salobre, permitindo assim o constante abastecimento pela presença e renovação de tão precioso vívere. A última reconfiguração e intervenção no seu interior com intuito de criar pequena divisão no seu canto Sudeste, podemos aferir o acrescento de pequeno muro de pedras de vários calibres, ligante em argamassa e ainda com revestimento estucado preservado com fortes evidências de fogo que apontam para a destruição no fatídico dia de 1 de Novembro de 1755 (Figura 4).

Felizmente o projecto de arquitectura implantado valorizou a recuperação destes contextos permitindo a integração e preservação do pavimento com as pedras de cabeçamento do poço bem enquadradas com os pilares biselados de interior, a porta de entrada pela Rua da Corte Real e os estuques com evidências de fogo identificados neste compartimento que vos convidamos a visitar em piso intermédio no interior do Hotel.

O **compartimento 11** foi alvo de duas das campanhas elaboradas em fase de diagnóstico com intuito de

atestar a presença de estruturas condicionantes e/ou impeditivas de determinado projecto de arquitectura. Este compartimento também apresenta a Norte o reaproveitamento estruturante da pré-existência como parede tardoz do edifício, enquadrado a Este pelo compartimento 8, o compartimento 10 a Sul e ainda o compartimento 12 a Este e ocupa sensivelmente 45 m<sup>2</sup>. Inicialmente identificou-se o paramento Este/Oeste que viria ser determinante na execução desta intervenção. Tal como o compartimento 8, esta divisão sofreu bastante acção impactante resultado da implantação das sapatas do edifício de 1775. A continuação dos trabalhos permitiu a identificação de algumas sapatas pós-pombalinas mas também se identificaram estruturas associadas às Casas Nobres. Destacamos parte dum pavimento em tijoleira que, embora em muito mau estado de preservação, nos permitiu aferir o último nível de ocupação deste edifício. Da segunda fase de diagnóstico destacamos algumas estruturas murárias e ainda alguns elementos de pavimento também em tijoleira, anteriormente referidos. Para além deste que atesta a última ocupação do compartimento, ainda nos foi possível identificar um pequeno núcleo calcetado com pequenas pedras de calcário e basalto em muito mau estado de preservação que correspondia aos níveis de ocupação relativos ao século XVI. A divisão com o compartimento 8 apenas foi atestada pelo alçado voltado a Este da estrutura defensiva. A Oeste identificamos o compartimento 12 e uma pequena divisão em cota relativamente inferior, com dois degraus que reaproveitavam silhares do elemento defensivo no seu acesso. A Sul foi identificada estrutura caracterizada por pedras de pequeno, médio e grande calibre com ligante em argamassas amareladas que apresentava argamassa de revestimento com evidências de fogo. Neste muro no sentido Este/Oeste estaria uma porta que faria a comunicação entre os compartimentos 10 e 11, não foi totalmente identificado porque verificámos o seu reaproveitamento e desconstrução aquando da implantação das sapatas pós-pombalinas. Aqui, foi-nos possível atestar o reaproveitamento da pré-existência na reformulação e reorganização dos espaços. Atestámos na parede a Norte um desgaste causado sobre o elemento defensivo para a colocação dum pequeno balcão provavelmente para o arrumo de alguns materiais e/ou utensílios do quotidiano e ainda a Sul o desmantelamento e adoço sobre pedras de médio e grande calibre ordeiramente colocadas (Figura 2).

O **compartimento 12** está localizado no canto mais Noroeste das Casas Nobres e ocupa sensivelmente 22 m<sup>2</sup>. Esta área foi parcialmente escavada na segunda fase de diagnóstico onde apenas foi possível a identificação de estrutura murária, uma soleira e parte de pavimento lajeado (Vicente 2013). Esta área teve impacto bastante significativo pela implantação da descarga de águas dos andares superiores, do esgoto e de duas das sapatas, todos do edifício pós-pombalino. Este compartimento está enquadrado com a sapata do edifício pós-pombalino a Norte, a antiga Calçada do Corpo Santo a Oeste, parte do compartimento 10 a Sul, o compartimento 11 e parte da estrutura defensiva a Este.

A evolução dos trabalhos de escavação em área potenciou os resultados e revelou contexto constituído por parede no sentido Norte/Sul de considerável espessura de pedras e argamassa, por soleira com marca de gonzo, cunhal com chanfradura biselada, bem como do pavimento lajeado que anteriormente tinha sido atestado em diagnóstico e que nos foi possível identificar quase na totalidade nesta pequena área circunscrita.

Da estrutura murária identificada podemos referir como sendo a sapata de suporte da parede de fachada voltada a Oeste das Casas Nobres para a antiga Calçada do Corpo Santo. Foi identificada a porta de acesso caracterizada por ombreiras de pedra, duas soleiras com marca de gonzo, enquadradas com pilar central biselado, pavimento lajeado no interior e elementos de calçada no exterior. Atestamos a reutilização de parte do paramento defensivo que ali flecte para Norte, neste caso em particular, como parede de fundo com aplicação de argamassa de revestimento. Tendo a muralha como elemento estruturante para a construção das Casas Nobres a Norte, o *terminus* das referidas Casas no canto noroeste deverá coincidir com o alinhamento interno da Muralha Fernandina na antiga Rua do Arco dos Cobertos e actual Travessa do Cotovelo. Assim, esta realidade é interpretada como o canto Noroeste das referidas Casas Nobres com acesso pelo antigo Largo ou Calçada do Corpo Santo, construída originalmente no século XVI até à sua destruição pelo terramoto do fatídico dia de 1 de Novembro de 1755.

Nesta área do compartimento 12 também se identificou um pequeno contexto com sensivelmente 1,5 m<sup>2</sup>, compreendido com pavimento lajeado ladeado por muros a Sul, Oeste e a Norte. Tinha acesso a Este por dois degraus que revelam a reutilização

dos silhares da estrutura defensiva para uma pequena divisão que funcionaria a uma cota relativamente inferior à do pavimento lajeado da entrada voltada a Oeste e ainda do pavimento em tijoleira identificado no compartimento 11. Poderemos estar na presença de um pequeno compartimento de despensa que assim potenciaria melhores condições de preservação de produtos perecíveis. Esta sugestão terá que ser interpretada como hipótese de trabalho susceptível a correcção à luz de novos conhecimentos e interpretações (Figura 2).

Em jeito de conclusão, apresentamos grande parte da planta recuperada das Casas Nobres. Foi-nos possível identificar três acessos distintos, a Norte pela antiga *Rua do Arco dos Cobertos*, a Oeste pela antiga *Calçada do Corpo Santo* e a Sul a entrada pela *Rua da Corte Real*. Identificamos parte da parede de fachada voltada a Sul, parede limítrofe a Oeste, bem como do reconhecimento limítrofe a Norte do condicionalismo aplicado pela estrutura defensiva que foi estruturante na construção de Época Moderna. Assim, com a *Muralha Fernandina* a servir de apoio da parede tardoz do edifício, desconstruída e reutilizada dependendo da circunstância, pudemos atestar a orgânica do edifício com a presença de grande parte das estruturas de interior com pavimentos em tijoleira, nos compartimentos 1 e 11, bem como da utilização de pavimentos lajeados identificados nos Compartimentos 6, 7, 8, 10 e 12. (Figura 2).

### 3. CALÇADA DO CORPO SANTO

Inicialmente identificada na primeira fase de diagnóstico nos inícios de 2012 na denominada Sondaagem 6 localizada no canto mais a Noroeste, junto ao cunhal e parede do edifício em frente à actual Igreja do Corpo Santo. Os trabalhos de escavação confirmaram o que restava de calçada constituída por pedras de pequeno e médio calibre de calcário, basaltos e seixos rolados com ligante em argamassa amarelada com nódulos de argamassa esbranquiçada e areia de grão fino, pequenos seixos, pequenos fragmentos de cerâmica comum e alguns nódulos de carvão muito dispersos, interpretado o abandono do Largo ou Praça do Corpo Santo no século XVIII (Vieira 1987).

O alargamento em área dos trabalhos de escavação neste Sector Oeste confirmou a presença da calçada constituída por pedras de pequeno e médio calibre em basalto e calcários com ligante em argamassa

esbranquiçada. Esta estrutura revelou-se extraordinariamente muito bem preservada. A sua estabilidade e o seu estado de preservação foi inicialmente reconhecido aquando da construção do edifício, potenciando a implantação das sapatas internas imediatamente sobre a calçada. De referir que apenas se identificou cortada pelas sapatas limítrofes do edifício, sendo as paredes mestras que procuraram em profundidade maior estabilidade a oferecer ao edifício pós pombalino (Figura 2).

Foi-nos possível atestar a sua presença com sensivelmente 283 m<sup>2</sup>, em toda a extensão determinada pelo edifício voltado a Oeste. Sobre esta calçada foi possível identificar camada arenosa acinzentada com cinzas e carvões, faianças, porcelanas, cerâmica comum, fragmentos de cachimbo em caulino. Segundo a bibliografia, (Castilho, 1983) D. Manuel mandou calcetar o “Rossio de Cata-que-Farás” com licença régia para aforar terrenos para depósito de mastros de navios e estruturas de cobertura em 1512, correspondendo esta realidade ao calcetamento desta praça ou largo (Figura 5).

Assim, conclui-se que estamos perante contexto de rua de Época Moderna caracterizada como uma calçada, que segundo o espólio associado entendemos como abandonada após o dia de 1 de Novembro de 1755.

#### 4. EMBASAMENTO DA ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA

A estrutura que caracterizamos foi identificada aquando a execução da Sondagem 6 de diagnóstico no ano de 2012. Esta estrutura é definida pela colocação ordeira de calcários do Miocénico, alguns coníferos do Banco Real e por grandes blocos de pedra calcária conífera, basaltos, granitos, cerâmica de construção, como ligante apresenta argamassa esbranquiçada e areia de grão fino e médio no seu interstício. Trata-se duma estrutura cuidada, forte, bem aparelhada e com grandes evidências de desgastes diversos. A uniformização da parede, bem como da ligeira inclinação característica para mais facilmente aguentar o embate directo das forças de maré, aponta para a presença de estrutura que serviu como paredão de embate das ondas, portanto que a determinado momento esteve a descoberto como quebra-mar (Figura 6). Este paredão é uma obra de engenharia que consiste numa estrutura costeira semelhante a um molhe, apoiada pelo pró-

prio peso das pedras. O ângulo de inclinação pode remeter para alguma função de quebra-mar que tem por finalidade principal proteger das ondas do mar. No alçado Sul na pedra de base a Este encontra-se representado uma âncora. Esta representação permite estabelecer uma eventual ligação à Irmandade dos Mareantes associada à Ermida da Senhora da Graça, directamente relacionada com as gentes do mar (Figura 7).

A consulta bibliográfica e cartográfica (Vieira da Silva 1987) apontava para a presença da Ermida de Nossa Senhora da Graça. Os trabalhos de escavação em área permitiram a identificação de sensivelmente 19 metros de extensão desta estrutura. Os valores conhecidos da ermida seriam de 7 varas e 3 palmos de frente que correspondem sensivelmente a 8,36m. Se atendermos que era ladeada por edifício contíguo a Oeste com 7 varas, sensivelmente 7,7m, bem como edifício contíguo a Este com 8 varas e 3 palmos, sensivelmente 9,46m, facilmente compreendemos um conjunto edificado com sensivelmente 25,52m e que poderia corresponder a parte de embasamento rectangular desse conjunto compreendido pelos três edifícios.

Dos poucos fragmentos cerâmicos recolhidos do seu embasamento foi-nos possível balização cronológica enquadrada no século XV. Embora estivesse em contacto directo com as forças das marés, não inviabiliza que também tenha tido um papel importante como embasamento de área aplanada em cota superior onde possa ter sido localizada a Ermida de Nossa Senhora da Graça mas um pouco mais recuada da linha de costa e mais próxima da colina. Poderemos estar na presença duma intervenção de fundo durante o século XV com intuito de ganhar terreno ao mar com a construção de um enorme paredão que aguentasse com o impacto constante das forças das marés e que em simultâneo sirva como embasamento para plataforma elevada onde assentariam outros edifícios, dos quais poderemos considerar a Ermida de Nossa Senhora da Graça bem como dos edifícios contíguos. Como foi identificada no canto Noroeste do edifício, podemos conjecturar que essa estrutura se desenvolve no espaço exterior para Norte e Oeste no Largo do Corpo Santo, não nos sendo possível o registo de toda a sua área.

## 5. AS ESTRUTURAS DEFENSIVAS: MURALHA FERNANDINA E TORRE DE JOÃO BRETÃO

A aliança com Inglaterra, na Guerra dos 100 anos, causou a insegurança generalizada efectuada pela guerra com Castela na segunda metade do século XIV. Os assaltos e incêndios que o exército de D. Henrique de Castela executou contra Lisboa obrigou a elaboração duma nova cintura defensiva da cidade, a “Cerca Nova”, mandada construir por D. Fernando em 1373. A muralha seria de alvenaria e taipa militar com volume sensivelmente de 86.000 m<sup>2</sup>, 46 portas e 77 torres e a sua construção demorou cerca de dois anos, terminada no ano de 1375.

Apontada a sua existência pela bibliografia, a presença deste Monumento Nacional é um elemento condicionante a qualquer intervenção nesta zona do centro histórico de Lisboa (Vieira da Silva 1987). Identificada inicialmente em duas sondagens de diagnóstico (Valongo 2012) foi elemento estruturante para a elaboração dum projecto de revitalização de edificado em relativas más condições de habitabilidade (Figura 8).

### 5.1. Muralha Fernandina

Os trabalhos de arqueologia efectivados no interior dos edifícios permitiram identificar um troço considerável da “Cerca Nova” ou “Muralha Fernandina”. A grande estrutura que identificamos na intervenção da Rua do Arsenal 148 apresenta sensivelmente 32 metros de extensão, com sensivelmente 3 metros de altura no ponto mais alto desde o seu embasamento, não sendo possível identificar a presença de ameias. Não nos foi possível identificar as duas faces desta estrutura defensiva, apenas atestamos o alçado exterior uma vez que serviu como base de implantação de parte da parede tardoz dos edifícios, a sua face interior estaria fora da área onde nos era possível executar a intervenção arqueológica, correspondendo à actual Travessa do Cotovelo. Implantada numa área ainda de fraca ocupação tornou-se elemento estruturante no crescimento da cidade no seu alargamento para Oeste. Não nos foi possível identificar em momento algum os contextos no interior da cidade mas aponta-se para a existência da Rua do Arco dos Cobertos no interior da área amuralhada e precisamente paralela ao alinhamento interior da Muralha Fernandina. Esse arruamento, relacionado com o Arco dos Cobertos é referido pela bibliografia como sendo a Porta implantada neste

canto Sudoeste da cidade defendida pela denominada Torre de João Bretão (Vieira da Silva 1987). Foram implantadas de raiz com forte embasamento constituído por pedras de pequeno, médio e grande calibre com argamassa de cal esbranquiçada escura como ligante sobre o corte das argilas correspondentes aos níveis do Miocénico no leito do Rio Tejo. De considerar as referências bibliográficas em que a referem “... ao longo do muro da cidade em que bate o mar...” (Vieira da Silva 1987), apontando para a sua construção na praia onde sofria impacto directo das marés. Foi-nos possível atestar o desgaste que esta estrutura defensiva sofreu no seu alçado exterior causado pelo constante impacto das marés. O seu interstício é constituído por pedras, tijoleiras, ligante em argamassa de cal com areia, nódulos de carvões, fragmentos de conchas esmagadas e cerâmica moída. A sua colocação foi preparada por linha de silhares maioritariamente na horizontal para uniformizar linha de cota constante ao longo deste troço identificado. Por vezes, colocaram-se alguns silhares na vertical pela necessidade de vencer cota mais elevada, como verificamos na área do compartimento 6+8. Apresenta alçado exterior constituído por paramento de silhares aparelhados extremamente bem elaborados em calcário do Miocénico bastante resistentes com muitas representações de marcas de canteiro. Infelizmente não nos foi possível identificar o seu espessamento total mas valores recolhidos aquando diagnóstico em 2012 apontava para espessamento superior a 3 metros (Figura 9). A contextualização política conturbada no século XIV com o reino de Castela obrigava uma construção sólida de carácter defensivo e não meramente simbólico. Perante as constantes ameaças de invasão pelo reino de Castela a “Cerca Nova” mostrou-se efectivamente, forte, robusta, capaz e fundamental na defesa e manutenção da independência do Reino aquando de tentativa de assalto pelo exército Castelhano em 1384 pela desembocadura do Tejo. Este troço identificado na nossa intervenção arqueológica ganha uma relevância extraordinária não só pelas suas características construtivas mas também pela sua localização estratégica fundamental na defensibilidade da cidade, inviabilizando desembarques na praia, seria o ponto mais Sudoeste da Muralha Fernandina, junto ao rio e na inflexão para Norte na Colina do Alecrim.

## 5.2. Torre João Bretão

Inicialmente identificada na Sondagem 4 aquando a primeira fase de diagnóstico no ano de 2012 com o registo do alinhamento coincidente com a *Muralha Fernandina* e aparentando imbricamento de algumas pedras com o pano da muralha indicando eventual arranque da parede Este da *Torre de João Bretão* (Valongo 2012). Com o início dos trabalhos em 2015 confirmamos em toda a sua extensão dentro do edificado estrutura de alvenaria como parte da estrutura defensiva da cidade, um troço da *Muralha Fernandina* e *Torre de João Bretão* junto à *Porta de Cata-que-farás*. A *Torre de João Bretão*, localizada no extremo Sudoeste da *Muralha Fernandina*, era a primeira estrutura defensiva contra uma investida pela foz do Tejo. Da *Torre de João Bretão* identificamos no seu ponto mais alto sensivelmente 2.8 metros desde o seu embasamento implantado nas argilas do Miocénico sendo que não foi possível confirmar ou infirmar a presença de ameias ou terraços, nem tão pouco se seria oca. Tem dimensões compreendidas com sensivelmente 8.3 metros de largura, comprimento máximo de 9.3 metros, apresenta alçados Este e Oeste com sensivelmente 5 metros, alçados Sudeste e Sudoeste com sensivelmente 5,8 metros. Tal como a Muralha, a Torre também foi implantada de raiz com forte embasamento sobre os níveis do Miocénico no leito do Rio Tejo. O Alçado voltado para Sudeste apresenta um pormenor extraordinário; atendendo as linhas de silhares do troço da Muralha que se encontram alinhados, inclusivamente no seu imbricamento com o alçado voltado a Este da Torre de João Bretão, foi-nos possível identificar o seu remate constituído por cortes específicos e cirúrgicos para o bom encaixe dos silhares. A Torre de João Bretão é uma estrutura com configuração fora do comum das outras torres da estrutura defensiva da cidade de Lisboa em época Medieval que se conhecem. Evidenciou a forma quinária de um triângulo sobre quadrado, formando, assim um *Talha Mar* visto estar totalmente implantada nas argilas do Miocénico dentro do rio junto à praia. O desgaste evidenciado nos seus alçados assim o sugere (Figura 9). Era um dos pontos mais importantes na defesa da *Muralha Fernandina* neste troço a Sudoeste, estrategicamente bem colocada para melhor defender a *Porta Cata-que-farás*, no assalto às muralhas, como também potenciava total controlo e domínio de eventuais manobras das armadas inimigas pela desembocadura do Tejo (Figura 10).

A denominação de Torre de João Bretão é atribuída a um corsário nascido em 1455, em Morlaix na Bretanha, Nordeste da França que atacava navios de carga essencialmente ao Largo de Cascais. Depois de troca de correspondência com a Rainha Dona Leonor foi convidado pelo rei D. João II a ficar ao seu serviço. Teve papel preponderante na armada portuguesa onde foi almirante, recebeu do rei entre outros bens um palácio em Lisboa e uma pensão pelos serviços extraordinários. As poucas informações apontam para a sua morte no ano de 1492 no seu palácio em Lisboa.

## 6. CONCLUSÕES

Na complexidade da intervenção arqueológica foi possível resgatar do subsolo lisboeta grande parte das estruturas das Casas Nobres do Infantado, parte da antiga Calçada do Corpo Santo, paredão/embasamento da Ermida de Nossa Senhora da Graça e ainda o contexto defensivo Medieval constituído por troço da Muralha Fernandina e Torre de João Bretão construídos em 1373/75. O projecto de arquitectura pretendeu oferecer o “melhor de dois mundos”, preservou, integrou e musealizou a Muralha Fernandina, a Torre de João Bretão e parte do edifício das Casas Nobres, permitindo a sua visualização, apreciação e valorização com a circulação ao nível da base da estrutura defensiva para possibilitar a recriação de uma vivência de época. Implantou-se a circulação sobre a Torre de João Bretão permitindo perceber a sua forma e dimensão, técnica de construção, faces aparelhadas de silhares e imbricamento com pano de muralha que se desenvolve para Este bem como o reaproveitamento para as estruturas habitacionais construídas sobre os elementos defensivos. Os trabalhos de arqueologia desenvolvidos neste edificado permitiram aferir uma diacronia de ocupação desde a Idade Média até à época Contemporânea. Recuperaram essa memória do urbanismo dos séculos XIV a XVI num caso típico de ocupação da zona ribeirinha, potenciando a fruição destes dois conjuntos recriando as vivências da época. As referências documentais foram confirmadas pelos resultados arqueológicos com a revelação deste conjunto de ruínas em bom estado de preservação. A integração e musealização de parte deste conjunto único contribuí indiscutivelmente para o melhor conhecimento da cidade medieval e moderna e das suas estruturas defensivas, valorizando o

equipamento turístico onde está incluída. O carácter único deste conjunto patrimonial valoriza a unidade hoteleira e a cidade com a integração das ruínas, contando a história do espaço, tornando-o num projecto de grande potencial pedagógico e cultural que vos convidamos a visitar e desfrutar.

## 7. BIBLIOGRAFIA

CALADO, Margarida; SILVA, Jorge Henrique, (2005) – *Dicionário de Termos da Arte e Arquitectura*, Editorial Presença, Lisboa.

CARITA, Helder (s.d.) – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*.

CASTILHO, Júlio (1981) – *A Ribeira de Lisboa*. Vol. IV. (4<sup>o</sup> ed.) Câmara Municipal de Lisboa

SILVA, Raquel Henriques da (2004) – Arquitectura religiosa pombalina, *Monumentos*, Revista Semestral de Edifícios e Monumentos, n.º 21, Lisboa

VALE, Ana (s.d) – *Relatório das escavações do Palácio Conde Real, Corpo Santo, Lisboa*.

VALONGO, António (2012) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos na Rua do Arsenal nº 148*.

VICENTE, António (2013) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos na Rua do Arsenal nº 148*.

VIEIRA DA SILVA, Augusto (1987) – *A Cerca Moura de Lisboa (3<sup>o</sup> ed.)*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

VIEIRA DA SILVA, Augusto (1987) – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. Vol. I. Câmara Municipal de Lisboa.

VIEIRA DA SILVA, Augusto (1987) – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*. Vol. II. Câmara Municipal de Lisboa.

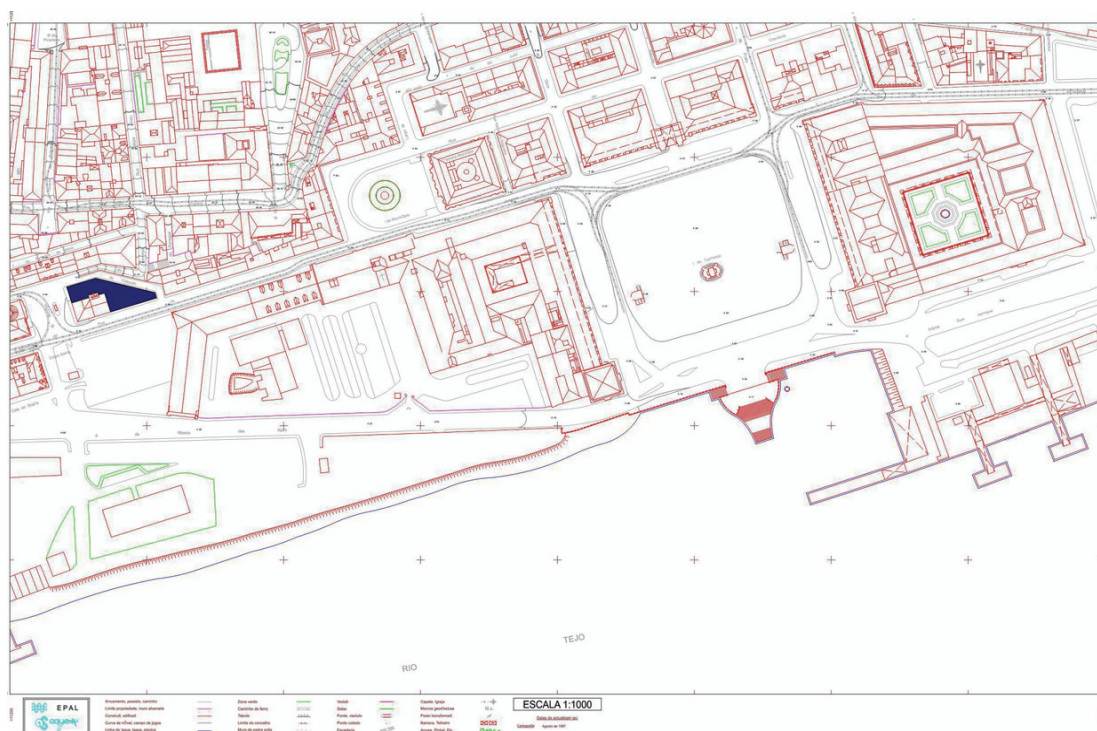


Figura 1 – Localização da intervenção.

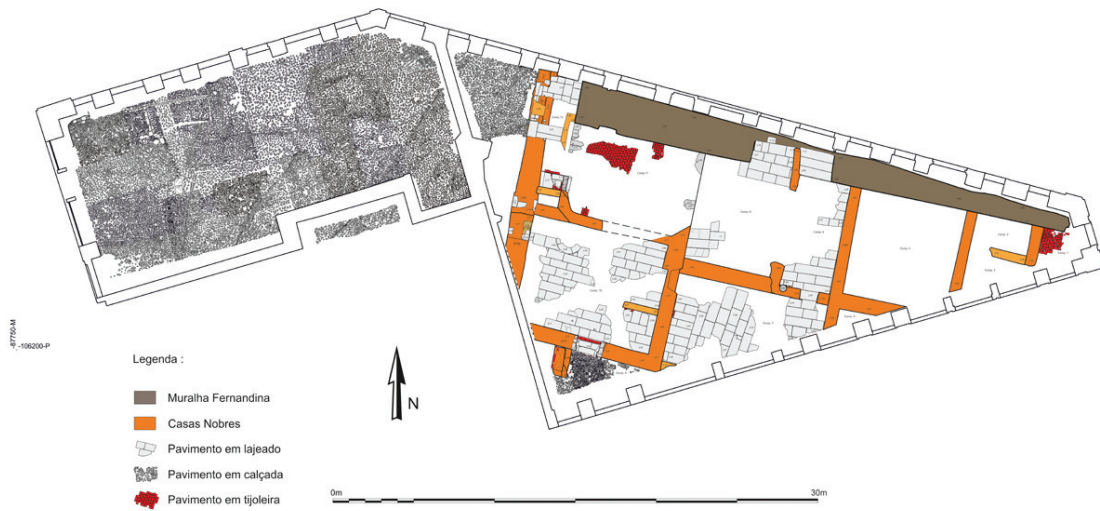


Figura 2 – Planta geral das Casas Nobres e Calçada do Corpo Santo.



Figura 3 – Compartimento 6.



Figura 4 – Compartimento 10.



Figura 5 – Foto Geral da *Calçada do Corpo Santo*.



Figura 6 – Foto do paredão.

Rua do Arsenal nº 148  
U.E. (1947)  
Alçado Sul  
Escala 1:20  
21.08.2015  
Desenho: Mário Nunes



Figura 7 – Desenho do alçado.

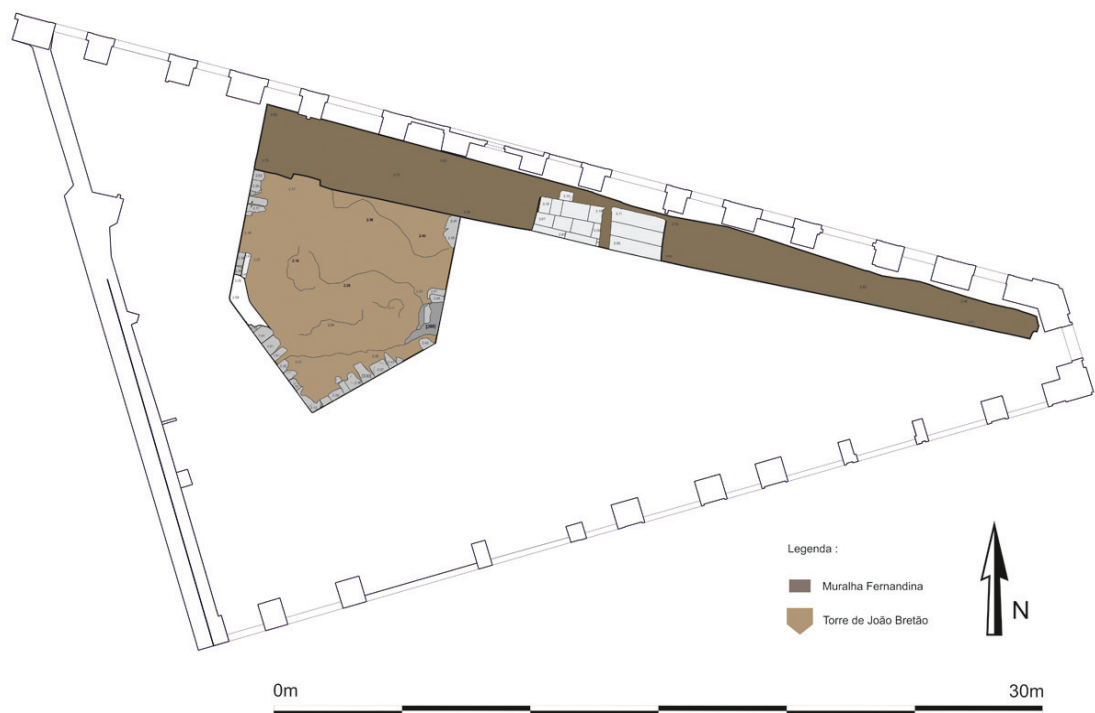


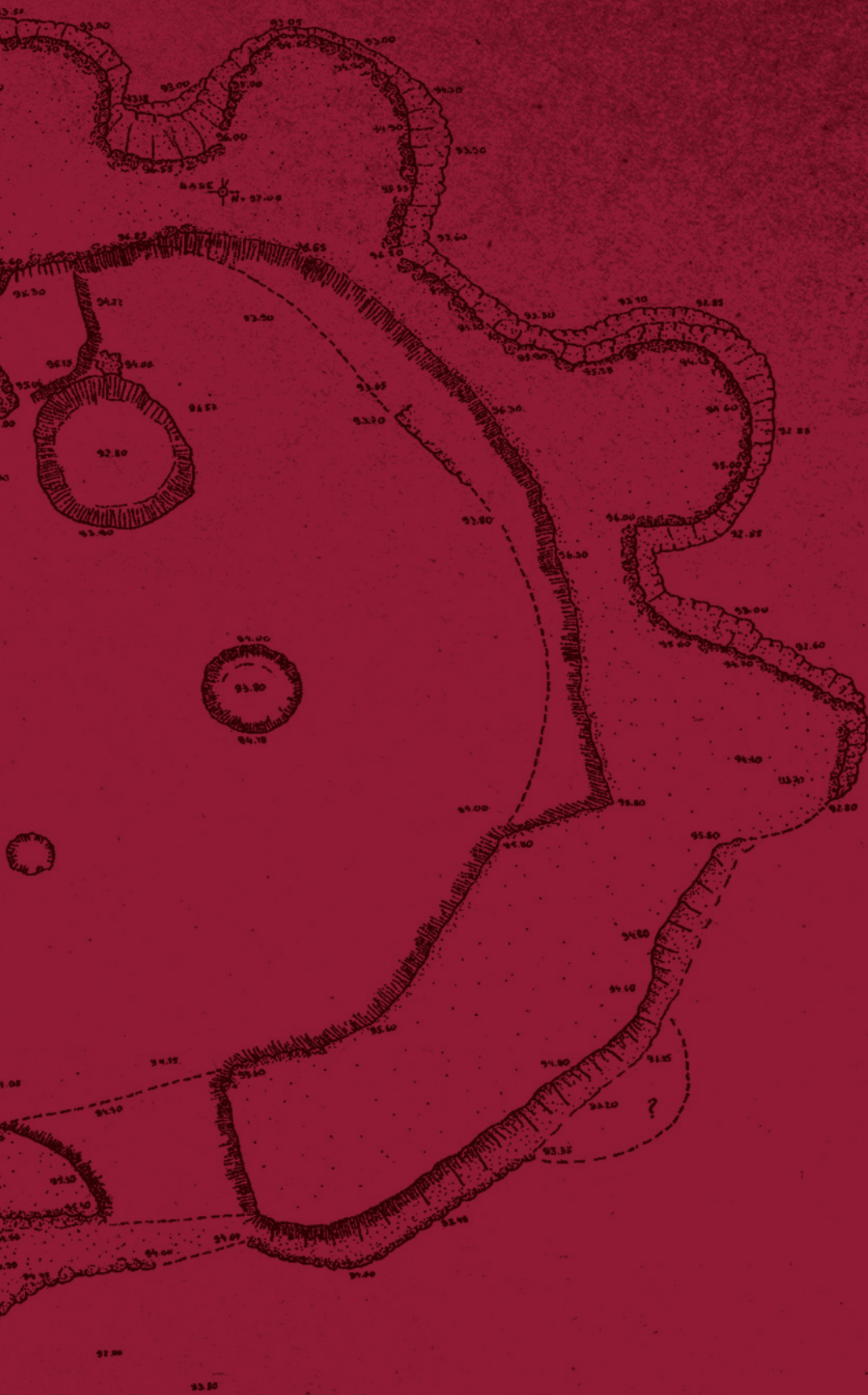
Figura 8 – Planta Geral da *Muralha Fernandina* e *Torre de João Bretão*.



Figura 9 – Alçado da *Muralha Fernandina*.



Figura 10 – Fotografia da *Torre João Bretão*.



Patrocinador oficial